



Tamboril
PREFEITURA



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Tamboril
PREFEITURA



Estudo Técnico Preliminar

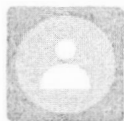
Processo administrativo N° 0000320250508000286



Unidade responsável
Secretaria de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Tamboril



Data
30/05/2025



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração do Município de Tamboril enfrenta atualmente o desafio de elaborar a Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2026 de forma que esteja plenamente alinhada às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e à legislação vigente. Esse processo é fundamental para garantir a eficiência e transparência na alocação dos recursos públicos, promovendo o equilíbrio das contas municipais e assegurando que o município atinja suas metas fiscais e de desenvolvimento, conforme estabelecido nos indicadores de gestão fiscal.

A não realização desta contratação poderá resultar em uma série de impactos institucionais, operacionais e sociais significativos. Sem a adequada elaboração da LDO, o município arrisca comprometer a continuidade dos serviços essenciais e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). Essa situação poderá gerar fragilidades no planejamento orçamentário, afetando diretamente a capacidade de execução eficiente das políticas públicas e a promoção do bem-estar social, conforme preconizado no interesse público estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os resultados pretendidos com a contratação incluem a formulação de uma LDO tecnicamente robusta, que sirva como base confiável para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) em consonância com as prioridades e metas estabelecidas no PPA. Essa ação visa, ainda, fortalecer a capacidade institucional do município para realizar planejamentos orçamentários eficientes e transparentes, contribuindo para a melhoria do desempenho financeiro e gerencial, e para o cumprimento dos objetivos estratégicos.



Tamboril
PREFEITURA



Portanto, a contratação de empresa especializada para este fim torna-se imprescindível não apenas para solucionar o desafio atual de compatibilizar a estrutura orçamentária com os requisitos normativos e técnicos, mas também para assegurar a modernização contínua dos processos de planejamento fiscal do município. Tal medida está fundamentada no processo administrativo ora consolidado, atendendo aos princípios de eficiência e economicidade da Lei nº 14.133/2021, conforme determinados nos arts. 5º, 6º, 11 e 18, § 2º.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Sec. de Administração e Finanças	STEPHANE LAÍS FERREIRA DE SOUSA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE, para o exercício financeiro de 2026, atende à necessidade identificada pela Administração de assegurar um planejamento fiscal eficaz e em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa demanda fundamenta-se na importância de se garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, promover o equilíbrio das contas e assegurar a transparência e o controle social na gestão fiscal. A elaboração da LDO é essencial para orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) em alinhamento com o Plano Plurianual (PPA), conforme os objetivos estratégicos municipais.

Para atender a esta necessidade, é fundamental que a empresa contratada possua aptidão técnica comprovada para elaborar documentos de planejamento fiscal de alta complexidade, atendendo aos padrões de qualidade e desempenho exigidos pelo Município de Tamboril-CE e legislações correlatas. De acordo com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, os padrões mínimos incluem a capacidade de oferecer suporte técnico especializado na elaboração da proposta da LDO, garantindo integridade, clareza e aderência às normativas nacionais. Não foram encontrados itens compatíveis no catálogo eletrônico de padronização, o que justifica a contratação específica dada a particularidade e exigência técnica do objeto.

A indicação de marcas ou modelos específicos está vedada, em respeito ao princípio da ampla competitividade, conforme a Lei nº 14.133/2021, permitindo-se tal indicação apenas mediante justificativa técnica robusta com base em características essenciais. Para a presente contratação, não há necessidade de especificar marcas, visto que o enfoque está no serviço técnico especializado. Não se configura como contratação de bens de luxo, focando exclusivamente em critérios técnicos e operacionais.

Os requisitos operacionais incluem a necessidade de eficiência na execução do



contrato e a possível exigência de amostras ou prova de conceito, garantido um suporte técnico adequado ao longo do processo, em conformidade com as leis e diretrizes mencionadas. Esses requisitos visam assegurar que a contratada esteja plenamente capacitada a atender à demanda concreta de maneira eficaz, evitando custos administrativos elevados associados à tramitação e execução do contrato.

Sustentabilidade também é um critério relevante, integrando o uso de práticas que visem à redução de resíduos e ao uso eficiente de recursos, conforme as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sempre que aplicáveis. A capacidade dos fornecedores de atender a esses critérios deve ser avaliada durante o levantamento de mercado, identificando a possibilidade de flexibilização dos requisitos sem comprometer a qualidade e a eficiência do serviço contratado.

Portanto, os requisitos definidos estão fundamentados na necessidade elencada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e são respaldados pela Lei nº 14.133/2021, art. 18. Eles servirão como base técnica para o levantamento de mercado, garantindo que a contratação final seja a mais vantajosa para a Administração, alinhada ao interesse público e aos princípios da economicidade e sustentabilidade.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para o planejamento da contratação do objeto descrito na 'Descrição da Necessidade da Contratação', visando prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, alinhado aos princípios dos arts. 5º e 11, de forma neutra e sistemática.

Para determinar a natureza do objeto da contratação, observa-se a necessidade da elaboração de uma proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE, identificando-se como um serviço especializado que demanda conhecimentos técnicos específicos na área de planejamento orçamentário e gestão fiscal.

Durante a pesquisa de mercado, foram consultados diversos fornecedores especializados em serviços de consultoria para elaboração de peças orçamentárias. Os dados coletados incluíram a faixa de preços que variaram entre R\$ 15.000,00 a R\$ 18.500,00, e os prazos de entrega que, em média, ficam entre 30 a 45 dias, sem identificar empresas. Análise de contratações similares por outros municípios revelou valores próximos e modelos de aquisição semelhantes, reforçando as práticas adotadas como referência no mercado. Consultas a fontes públicas como o Painel de Compras e Comprasnet proporcionaram insights úteis sobre metodologias emergentes e inovações relevantes, como o uso de plataformas digitais para a coleta de dados e consulta pública, promovendo transparência e participação cidadã.

Alternativas identificadas incluem a terceirização completa do serviço a partir de firmas especializadas, desenvolvimento de parte do escopo internamente, utilizando servidores municipais com apoio consultivo externo, além de assinatura de serviços



contínuos de consultoria para apoio em futuros planejamentos fiscais. Comparação das alternativas demonstrou que a terceirização completa oferece maior eficiência e especialização, enquanto o desenvolvimento interno poderia limitar-se à capacidade e expertise atuais dos servidores.

A alternativa mais vantajosa, considerando os dados da pesquisa, foi a contratação de uma empresa especializada para a elaboração completa da LDO. Esta opção destacou-se em eficiência e economicidade, sendo viável operacionalmente e perfeitamente alinhada aos 'Resultados Pretendidos', tais como melhor alocação dos recursos fiscais e cumprimento das diretrizes do Tesouro Nacional. O custo total da terceirização é competitivo dentro da faixa de mercado, com a vantagem adicional de assegurar inovação através do uso de tecnologias avançadas e sustentáveis no processo de elaboração do orçamento.

Recomenda-se a contratação de serviços externos especializados, assegurando competitividade e transparência, conforme estabelecido nos arts. 5º e 11 da Lei, sem antecipar a modalidade de licitação. Essa abordagem não apenas atende às necessidades estratégicas e operacionais do Município, como também contribui para a construção de um processo fiscal mais robusto e transparente, apto em acompanhar as atuais demandas e inovações do mercado orçamentário.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada para elaborar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE, para o exercício financeiro de 2026. Essa contratação é essencial para garantir que a LDO seja desenvolvida de maneira técnica, transparente e participativa, alinhando-se às diretrizes e normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O objetivo central da solução é assegurar a eficiente alocação de recursos públicos, promovendo o equilíbrio financeiro, a transparência, e o controle social na gestão fiscal do município.

Os elementos a serem contratados incluem a prestação de serviços especializados em elaboração orçamentária, o que abrange desde a análise das informações financeiras municipais até a construção de uma proposta que oriente a Lei Orçamentária Anual (LOA) em concordância com as prioridades e metas do Plano Plurianual (PPA). Este processo será conduzido de forma que atenda aos requisitos técnicos e funcionais definidos, com a integração de profissionais qualificados que tragam soluções inovadoras e economicamente vantajosas, conforme identificado no levantamento de mercado. A viabilidade dessa solução é reforçada pela adequação ao mercado disponível, alinhando qualidade técnica e economicidade ao interesse público.

Esta solução atende plenamente à necessidade apresentada, garantindo que a elaboração da LDO de 2026 seja realizada de acordo com as melhores práticas e preceitos legais. Está alinhada aos princípios de eficiência e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021, representando a alternativa mais adequada tanto técnica quanto operacionalmente. Tal abordagem reforça o compromisso com a melhoria



continua da gestão fiscal e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos do Município de Tamboril-CE.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE	1,000	Serviço

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE	1,000	Serviço	17.266,67	17.266,67

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 17.266,67 (dezessete mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial do parcelamento do objeto da contratação, conforme o art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, indica que a ampliação da competitividade é fortemente considerada e recomendada sempre que houver viabilidade e vantagem para a Administração Pública. Tal análise é obrigatória no Estudo Técnico Preliminar (ETP) como preconizado pelo art. 18, §2º. Em relação ao objeto em questão, o parcelamento por itens ou etapas deve ser contemplado, considerando os critérios de eficiência e economicidade previstos no art. 5º. A Seção 4 – Solução como um Todo – revela que, tecnicamente, é possível delinear a contratação em partes, possibilitando uma avaliação criteriosa dos benefícios e desafios associados ao parcelamento.

Ao avaliar a capacidade de dividir o objeto em itens ou etapas, o processo administrativo indica a contratação por item como a diretriz preferida. Esta fragmentação revela-se relevante, uma vez que o mercado detém fornecedores especializados para diferentes componentes da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), viabilizando uma concorrência mais ampla conforme os objetivos do art. 11. Os competidores potencialmente se intensificam através dos requisitos de habilitação proporcionais, e a fragmentação pode otimizar o engajamento do mercado local e favorecer vantagens logísticas, conforme



evidenciado em recentes análises de mercado e revisões técnicas conduzidas.

No entanto, enquanto o parcelamento é viável, a execução integral também apresenta significativas vantagens. De acordo com o art. 40, §3º, a contratação consolidada pode garantir economias de escala e uma gestão contratual mais eficiente, preservando a funcionalidade de um sistema unificado e integrado. Esta abordagem pode atender melhor à padronização desejada e à exclusividade de fornecedor, reduzindo riscos técnicos e responsabilidades inerentes, especialmente ao se lidar com serviços complexos. A opção pela execução integral se destaca, em particular, quando se busca minimizar riscos e maximizar a integridade técnica e operacional.

Os reflexos da decisão sobre gestão e fiscalização contratual são cruciais. A execução consolidada simplifica a administração do contrato e a manutenção da responsabilidade técnica, enquanto o parcelamento pode melhorar o monitoramento de entregas descentralizadas, mas implicaria numa complexidade administrativa aumentada, devendo considerar a capacidade institucional e os princípios de eficiência do art. 5º. Importa, assim, balancear a capacidade operacional e a necessidade de um controle mais abrangente e adequado que a fragmentação exige.

Concluindo, após meticulosa consideração das diversas abordagens e seus potenciais impactos, recomenda-se a execução integral como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Esta linha de ação está em alinhamento com os Resultados Pretendidos da Seção 10, e respeita os interesses de economicidade e competitividade conforme os arts. 5º e 11. Em particular, respeitar os critérios especificados no art. 40 oferece uma base sólida para garantir a eficiência técnica e administrativa na execução da contratação.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da contratação aos instrumentos de planejamento da Administração Pública, como o Plano de Contratações Anual (PCA), é fundamental para antecipar demandas e otimizar o orçamento, assegurando coerência, eficiência e economicidade, conforme disposto nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. No caso específico da contratação para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício de 2026, não foi identificado um Plano de Contratação Anual (PCA) previamente estabelecido. Essa ausência justifica-se por demandas imprevistas e emergenciais, que exigem uma atitude proativa da Administração para a inclusão da contratação na próxima revisão do PCA.

Essas ações corretivas, como a gestão de riscos e o planejamento adequado, são necessárias para garantir que a contratação futura possa se alinhar aos objetivos estratégicos do município, garantindo transparência no processo de planejamento e adequação aos resultados pretendidos. Além disso, a conexão com outros planos existentes, como o Planejamento Estratégico e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reforça a economicidade e a competitividade pretendida, em



Tamboril
PREFEITURA



conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos esperados da contratação da empresa especializada para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE incluem a melhoria na eficiência da gestão fiscal municipal, a economicidade e o aprimoramento do uso dos recursos públicos. Conforme estabelecido nos artigos 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, o foco está em garantir que os recursos humanos, materiais e financeiros sejam aproveitados ao máximo, alinhando-se aos princípios de planejamento e eficiência. A necessidade pública identificada na 'Descrição da Necessidade da Contratação' destaca que a LDO é fundamental para assegurar a alocação eficiente dos recursos, promover o equilíbrio das contas e garantir a transparência fiscal, servindo como base para o termo de referência discutido no art. 6º, inciso XXIII.

A solução proposta otimiza os recursos humanos através da racionalização de tarefas e capacitação direcionada, diminuindo retrabalhos e aumentando a eficiência dos servidores envolvidos na preparação e execução do orçamento municipal. Em termos de recursos materiais, espera-se uma redução significativa de desperdícios durante o processo de elaboração orçamentária, com melhor uso das tecnologias disponíveis. Financeiramente, a contratação almeja a redução de custos unitários e ganhos de escala, fundamentada pela pesquisa de mercado que sugere uma abordagem competitiva e inovadora, conforme o art. 11 da Lei, para evitar sobrepreço e incentivar o desenvolvimento sustentável.

Para monitorar os benefícios alcançados, será implementado um Instrumento de Medição de Resultados (IMR), permitindo o acompanhamento contínuo dos indicadores quantificáveis, como percentual de economia e horas de trabalho reduzidas. Tais indicadores serão cruciais para comprovar os ganhos estimados e consolidar o relatório final da contratação. Assim, a contratação justifica o dispêndio público ao promover a eficiência e o melhor uso dos recursos municipais, alinhando-se aos objetivos institucionais estabelecidos no art. 11. Caso a natureza exploratória impeça estimativas precisas, uma justificativa técnica fundamentada será incluída, assegurando a transparência e a razoabilidade do processo.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de resultados pretendidos, mitigando riscos e promovendo o interesse público, com base na descrição da necessidade da contratação. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos,



tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado, como a instalação de infraestrutura e adequação de espaço físico, serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento, incluindo o uso de ferramentas e boas práticas, assegurará os resultados previstos, segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas. Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas a resultados pretendidos, sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto, por exemplo, quando o objeto for simples que dispensa ajustes prévios.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A análise comparativa entre o Sistema de Registro de Preços (SRP) e a contratação tradicional para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026 evidencia que a contratação tradicional se mostra mais adequada para atender ao interesse público. A necessidade apresentada é específica e pontual, visando a elaboração de um documento único e normativo de alta importância para a gestão fiscal municipal, conforme os requisitos técnicos e operacionais delineados na 'Descrição da Necessidade da Contratação' e na 'Solução como um Todo'.

A utilização do SRP geralmente se mostra vantajosa em cenários onde há padronização, repetitividade e incerteza de quantitativos ou entregas fracionadas, o que não se aplica a esta demanda, que é pontual e claramente definida. A ausência de um Plano de Contratação Anual para este processo administrativo reflete a singularidade da necessidade, afastando a opção do SRP como adequada. Contratações tradicionais oferecem uma abordagem mais direta e segura juridicamente para requisitos específicos, promovendo eficiência na utilização dos recursos e cumprimento de prazos críticos associados ao planejamento orçamentário municipal.

Do ponto de vista econômico, a contratação tradicional permite atender demandas isoladas e bem definidas, otimizando o uso de recursos para produtos ou serviços únicos, ao contrário do SRP, que embora ofereça economia de escala, não atende às particularidades de uma contratação desta natureza. Na prática, a economicidade requerida para esta elaboração da LDO não se beneficiaria do SRP, dado o caráter



singular e não recorrente do objeto, conforme a análise do 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade'.

A adoção do SRP envolveria uma estrutura planejada para contratações futuras e gestão por meio de registros e adesões, elementos menos relevantes para esta demanda específica. Além disso, a contratação tradicional, respaldada pelo art. 11 da Lei nº 14.133/2021, assegura cumprimento imediato e seguro dos objetivos propostos, promovendo competitividade e agilidade necessárias para esta especificidade contratual. Portanto, a contratação através de licitação específica ou contratação direta se mostra a opção mais adequada para otimizar recursos, assegurando eficiência e atendimento ao interesse público, alinhando-se aos 'Resultados Pretendidos' e requisitos legais.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

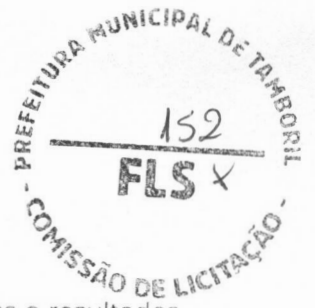
A participação de consórcios na contratação para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Tamboril-CE exige uma análise cuidadosa de critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos, conforme disposto nos arts. 5º, 15 e 18, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021. A necessidade da contratação decorre do objetivo de uma gestão fiscal eficiente, transparente e em consonância com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional. Observa-se que a complexidade técnica do serviço não demanda, necessariamente, a somatória de especialidades distintas. Assim, a natureza majoritariamente técnica do objeto, voltada para elaboração e análise de diretrizes orçamentárias, sugere que um fornecedor único, tecnicamente capacitado, possa atender satisfatoriamente à Administração.

A análise mercadológica demonstra uma oferta consistente de empresas especializadas capazes de realizar o serviço com eficiência e dentro dos parâmetros de economicidade, conforme levantamento de mercado realizado. A contratação de um único fornecedor pode reduzir a complexidade na gestão, aumentar a efetividade e facilitar a fiscalização do contrato, aspectos que são cruciais para assegurar a economicidade e eficiência, alinhados aos princípios do art. 5º. Além disso, o processo de constituição de consórcios, que requer o compromisso público, um líder consorcial e responsabilidade solidária entre os participantes, poderia introduzir desafios desnecessários de coordenação e diluir responsabilidades, impactando negativamente a execução contratual e a segurança jurídica, fatores que pesam na consideração da eficiência administrativa.

Os resultados pretendidos focam na alocação eficaz dos recursos públicos, no equilíbrio das contas e na orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Portanto, a simplicidade e especificidade do objeto indicam que a participação de um consórcio não é a opção mais vantajosa. Baseando-se nesses critérios e no art. 15, que permite a vedação de consórcios sob fundamentação técnica, a decisão de vedar a participação de consórcios se demonstra mais adequada. A decisão busca garantir que a contratação respeite os princípios de eficiência, economicidade e segurança jurídica,



Tamboril
PREFEITURA



conforme delineados no art. 5º, alinhando-se perfeitamente aos objetivos e resultados pretendidos pela Administração Pública.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes é essencial para integrar eficazmente o planejamento da contratação em questão com outros processos da Administração Pública. Esta abordagem busca reduzir desperdícios, promover o uso estratégico dos recursos disponíveis, e garantir uma execução harmoniosa das atividades contratadas. Ao olhar para contratações com objetos semelhantes ou que complementam a solução proposta, consegue-se não apenas evitar sobreposições, mas também identificar oportunidades de economia e otimização no uso dos recursos, conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que enfatiza os princípios da eficiência e economicidade.

No contexto desta contratação, não foram identificadas outras contratações passadas, atuais ou futuras que possam ser consideradas correlatas ou interdependentes em termos técnicos, de quantidade, logística ou operação. A solução para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Município de Tamboril-CE apresenta-se como uma necessidade isolada, sem vínculo direto com outras aquisições ou serviços que demandem um ajuste em prazos ou especificações técnicas para sua execução perfeita. Além disso, não há registro de contratos similares que necessitem substituição ou transição organizada de seus termos. Assim, a proposta independe da complementação por meio de serviços adicionais ou infraestrutura previamente estabelecida.

Conclui-se que, devido à especificidade da contratação ora analisada, não existem impactos significativos que demandem ajustes nos quantitativos, requisitos técnicos ou na forma de contratação, uma vez que a análise não identificou a presença de contratações correlatas ou interdependentes. Ficam então descartadas ações de ajuste no planejamento relacionado a outras aquisições do município. Na ausência de interdependência técnica ou operacional, a contratação da elaboração da proposta da LDO deve seguir conforme planejado, corroborando com o §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 que permite a contratação independente quando a mesma não implica necessidade de ajustes pelos motivos expostos.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de uma empresa especializada para elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com a legislação vigente e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, requer a identificação prévia de potenciais impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do projeto. Conforme art. 18, §1º, inciso XII da Lei



nº 14.133/2021, assim como destacado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, é crucial antecipar desafios relacionados à sustentabilidade, como a geração de resíduos decorrentes dos processos administrativos e o consumo de energia envolvido na operacionalização dos serviços. Tais impactos são observados na demanda por papel e outros materiais de escritório, os quais podem ser mitigados através da adoção de práticas sustentáveis, como o uso de papel reciclado e insumos biodegradáveis.

A avaliação dos impactos técnicos ao longo do ciclo de vida inclui a análise das emissões de gases relacionadas ao deslocamento e ao consumo de energia, incentivando soluções sustentáveis, como conferências virtuais para minimizar deslocamentos físicos, e a utilização de equipamentos com selo Procel A, que promovem a eficiência energética. Tais medidas se harmonizam com os objetivos de planejamento sustentável previstos no art. 12 da mesma lei. Considerando o 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade', enfatiza-se a integração de práticas de logística reversa, especialmente para toners e equipamentos de informática, assegurando a destinação ambientalmente correta de resíduos eletrônicos.

Propor medidas mitigadoras, que incluirão, entre outras, requisitos de baixo consumo de recursos, contribui diretamente para a competitividade das propostas, assegurando que a contratação mais vantajosa também seja a mais sustentável, conforme art. 11 da Lei nº 14.133. Estas ações, reconhecidas como essenciais, são fundamentais para a otimização dos recursos públicos e o atingimento dos 'Resultados Pretendidos' pelo projeto. Em casos onde a análise técnica aponta uma ausência significativa de impacto ambiental, isso será adequadamente fundamentado, como em situações de contratação de bens de uso imediato, reafirmando sempre a importância de práticas administrativas que garantam a sustentabilidade e eficiência (art. 5º).

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente análise conclui que a contratação de uma empresa especializada para a elaboração da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026 é viável e vantajosa. Com base nos elementos técnicos, econômicos e operacionais discutidos em seções anteriores do Estudo Técnico Preliminar, a contratação demonstra alinhamento com os princípios de eficiência e interesse público conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e atende ao objetivo de assegurar a alocação eficiente dos recursos públicos, promover o equilíbrio das contas e garantir a transparência, conforme planejado.

Os dados da pesquisa de mercado indicam que há fornecedores que cumprem adequadamente os requisitos desta contratação, oferecendo serviços em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional. A estimativa das quantidades e o valor estabelecido de R\$ 17.266,67 foi considerado adequado e compatível com os valores praticados no mercado, conforme previsto no art. 23 e alinhado aos objetivos de manter economicidade e legalidade



Tamboril
PREFEITURA



desta contratação.

Além disso, a contratação está estrategicamente posicionada dentro do planejamento da gestão fiscal do município, maximizando o aproveitamento de recursos humanos e materiais para resultados efetivos, conforme orientação do art. 40. Ainda que não tenhamos identificado um Plano de Contratação Anual, esta contratação atende ao interesse público essencial para a gestão orçamentária local.

Consolidada como uma decisão técnica e econômica fundamentada, a escolha de prosseguir com esta contratação é apoiada na vantajosidade do art. 11 da Lei de Licitações, oferecendo uma solução eficaz e necessária para a administração pública municipal. Portanto, recomenda-se o avanço das etapas administrativas necessárias para a formalização desta contratação, fortalecendo o compromisso com a legalidade, eficiência e desenvolvimento sustentável.

Tamboril / CE, 30 de maio de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Francisco Marques Moura
Francisco Marques Moura
PRESIDENTE

Amanda Luiza da Silva Medeiros
AMANDA LUIZA DA SILVA MEDEIROS
MEMBRO

LILIAN SILVA DE
SOUSA:0273232
1346

Assinado de forma
digital por LILIAN SILVA
DE
SOUSA:02732321346
Dados: 2025.05.30
16:59:05 -03'00'